Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



Todo saber é vão, exceto quando há trabalho. E todo trabalho é vazio, exceto quando há amor.
Khalil Gibran

Assista à playlist da Capital S/A no YouTube

CNC aciona o STF por mais prazo para nova jornada de trabalho

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com pedido de medida cautelar para adiar o cronograma de implementação da nova jornada de trabalho. A entidade esclarece que a ação não questiona o mérito da redução para 40 horas semanais nem o segundo dia de descanso remunerado, mas sim a inexequibilidade dos prazos de adaptação e a assimetria das regras de transição impostas ao setor produtivo.

Segundo a entidade, a transição de escala 6x1 para 5x2 impacta varejo, turismo e serviços, no período do Natal, crucial para a sobrevivência das empresas desses setores.



Ed Alves/CB/D.A Press

Proposta de calendário

Na petição, a CNC solicita que a primeira etapa da transição — redução para 42 horas semanais acompanhada de dois dias de descanso — passe de 16 de dezembro deste ano para 16 de outubro de 2027. Já o teto final, de 40 horas semanais, passaria a ser exigido a partir de outubro de 2028.

A entidade sustenta que o prazo de apenas 60 dias, previsto na emenda constitucional promulgada, é insuficiente para mapear postos, contratar trabalhadores, reestruturar turnos e renegociar convenções coletivas.

Tempo para renegociar convenções coletivas

A Fecomércio-DF requereu ingresso como amicus curiae na ação da CNC que questiona o prazo de adaptação à nova jornada de trabalho. A Federação apoia uma transição com tempo hábil, que permita renegociar convenções coletivas, reorganizar escalas e adequar custos, especialmente nas pequenas empresas. "O prazo vigente, no entanto, com mudanças previstas para o auge das vendas de Natal, compromete o planejamento e a sustentabilidade do comércio", frisou o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.

CACB



Encontro de lideranças de origem libanesa

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, José Roberto Tadros, recebeu para um almoço, em São Paulo, lideranças empresariais e políticas descendentes, como ele, de libaneses. Entre os presentes, Michel Temer, Guilherme Afif Domingos, Gilberto Kassab e Alfredo Cutait Neto. "Um encontro enriquecedor, pautado pelo diálogo, troca de ideias e visões sobre o futuro do Brasil e de São Paulo", comentou Tadros.

"Manutenção dos juros é injustificável", reage CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) definiu como equivocada e excessivamente conservadora a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano. "A prolongação do aperto monetário mantém o crédito caro, prejudica empresas e famílias e trava, ainda mais, a economia", destacou a entidade.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, defende que o Copom retome o ciclo de corte dos juros já na próxima reunião, prevista para dezembro. "A Selic permanece muito alta e isso afeta crédito, investimentos e a atividade econômica. É verdade que as expectativas para a inflação pioraram, mas o IPCA segue dentro do intervalo da meta no chamado horizonte relevante da política monetária", aponta.

CMEC promove encontro com Tereza Cristina

CACB



O Conselho Nacional da Mulher Empreendedora e da Cultura (CMEC), da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), promoveu, em Brasília (DF), um encontro com a senadora Tereza Cristina (PP-MS) para debater a presença feminina nos espaços de decisão política. Ao comentar o cenário institucional e econômico, ela afirmou que a próxima gestão terá de lidar com problemas que, em sua avaliação, foram criados pelo atual governo. "Agora ele precisa desarmar essa bomba que ele mesmo armou", declarou.

Candidatura ao Senado

Um dos principais temas do encontro foi a candidatura de Tereza Cristina à Presidência do Senado Federal. A Casa, em mais de dois séculos de história, nunca foi presidida por uma mulher. Participaram do evento a presidente do CMEC, Ana Claudia Badra Cotait; Mônica Monteiro, representante da FNME/CNI e da WBA BRICS; além de lideranças empresariais e parlamentares de diferentes partidos.

Políticas monetária e fiscal continuam desalinhadas

A reação negativa dos mercados pós-eleição, caracterizada por desvalorização cambial, elevação dos juros longos e queda na bolsa, reflete o aumento dos prêmios de risco fiscal. A CNI chama a atenção para três fatores:

- A meta de resultado primário só será cumprida devido às deduções legais;
- A dívida pública não para de crescer e boa parte dela está indexada à própria Selic, que contribui para retroalimentar o endividamento;
- O mercado percebe o risco fiscal como a principal ameaça à estabilidade financeiro-monetária.

Ed Alves/CB/DA.Press



» Entrevista | **ALEXANDRE PATURY** | SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF

"Não é justo que a pessoa cometa várias vezes o mesmo crime e esteja nas ruas", destacou ao *CB.Poder* o chefe da pasta, sobre a PEC da Segurança Pública. Mas ele ressaltou que houve avanços, como no combate ao crime organizado

Importante discutir a reincidência

» MANUELA SÁ*

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública aprovada pelo Senado, na última terça-feira, foi tema, ontem, do CB.Poder *— parceria entre o* ***Correio Braziliense*** *e a TV Brasília. Às jornalistas Sibele Negromonte e Ana Raquel Lelles, o secretário de Segurança Pública do DF, Alexandre Patury, avaliou que o texto apresenta avanços, mas que é preciso discutir a reincidência e a microcriminalidade, problemas que fazem parte da vida dos brasilienses. Ele também falou sobre os preparativos para a posse.*



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

Com essa PEC, o que muda, de fato, no DF?

O DF é sui generis, até porque não temos municípios. A integração aqui é muito grande. A Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), em vários eventos, como nas eleições, tem o Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob), por exemplo. Lá funcionam todos os órgãos, sejam federais, seja daqui do DF. Temos uma célula de inteligência que foi montada presencialmente desde agosto até, pelo menos, 10 de janeiro de 2027. Nela, estão funcionando Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Detran, etc. Vejo que a PEC avançou no sentido do entendimento de que a coordenação, a integração e o financiamento têm que ser feitos pela União. O projeto respeitou a autonomia dos estados.

Quais seriam esses avanços?

A PEC mexe com estrutura, com a questão do combate às organizações criminosas e assegura financiamentos. Tudo isso é importante. Mas a população não quer saber sobre estrutura. Ela quer saber se pode sair e voltar para casa com tranquilidade. Se aquela pessoa que cometeu cinco ou 10 vezes o mesmo crime vai ficar presa. Se ela pode confiar que as pessoas presas pela polícia não voltem a cometer o mesmo delito. Isso vai muito da questão da ressocialização. Segurança pública não se resolve apenas com segurança pública, resolve-se com educação, cultura, esporte, oportunidade e essa questão da reincidência. Isso é um mal que tem que ser combatido e que tem que entrar na pauta de discussão. A progressão criminosa acontece quando a pessoa comete várias vezes o mesmo crime, vê que o Estado não está respondendo como deveria e aquilo vai progredindo. Ela começa com o furto, depois ela se sente à vontade para cometer roubo, depois latrocínio, em seguida, homicídio, depois ela se associa ao Comando Vermelho, ao PCC. Então, precisamos enfrentar essa questão da microcriminalidade e dar, de alguma maneira, uma resposta. Não é justo que a pessoa cometa várias vezes o mesmo crime e esteja nas ruas.

Em relação às organizações criminosas, a PEC vai ajudar a combater no DF crimes interligados com outros estados?

Não trabalhamos nem com alarmismo nem com ingenuidade. Dizer que não tem crime organizado aqui em Brasília seria uma falácia, mas aqui ele não toma território, não tem lugar onde a polícia não entre. Toda semana tem um combate efetivo e inúmeras prisões. Temos um sistema penal muito forte. Mas é importante o combate a nível nacional. O DF não é uma ilha. O que acontece em Goiás, em São Paulo ou no Rio de Janeiro reverbera aqui.

O senhor considera que a PEC deveria ter falado sobre a reincidência e sobre a microcriminalidade ou seria uma reforma no Código Penal?

Muitas pessoas tratam a PEC como se ela fosse resolver a maioria dos nossos problemas. Não estou discutindo se é matéria constitucional ou infraconstitucional. Não é só mudança no Código Penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Há várias legislações extravagantes que poderiam ser alteradas. A PEC avançou. Ela fala sobre estrutura, financiamento e combate ao crime organizado. No entanto, outras questões têm que ser avaliadas também, como a da reincidência, do Código de Processo Penal e da possibilidade de alteração do ECA. Se não tiver ambiente para avançar na redução da maioridade penal, particularmente, eu sou de acordo com essa redução, por que a gente não avança então para aumentar a internação que está no artigo 121 do ECA? Por que não estudar para colocar cinco ou 10 anos? Temos que enfrentar o que aflige o povo, que, muitas vezes, não é só o crime de grande magnitude. É o furto de cabos, o tráfico de drogas na esquina ou o roubo de celular. É uma discussão muito mais ampla, não só atrelada à questão da PEC, que é matéria constitucional, mas também à legislação infraconstitucional.

Como a segurança do DF está se preparando para a posse?

O nosso planejamento, que tem mais de seis meses, previa a instituição da Célula Presencial de Inteligência, junto com 22 órgãos, desde a eleição até o momento posterior à posse. Tudo já estava planejado. Agora, a gente precisa refinar, porque a própria Célula de Inteligência vai mapeando eventuais situações que podem elevar ou diminuir o nível de preocupação. Não sabíamos quem seria eleito e qual seria a movimentação. Isso, claro, está no radar. O pessoal está acompanhando a questão dos hotéis, das caravanas e quem vem. Isso é elaborado juntamente com o GSI (Gabinete de Segurança Institucional), que faz a segurança aproximada do presidente eleito e a Segurança Pública faz toda a área de perímetro e de segurança integrados com o GSI. Teremos várias reuniões a partir de agora, mas o planejamento está bem encaminhado, porque estava tudo previsto.

Temos que enfrentar o que aflige o povo, que, muitas vezes, não é só o crime de grande magnitude. É o furto de cabos, o tráfico de drogas na esquina ou o roubo de celular"

***Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira**